

Agora é pra valer. Pela primeira vez na história do Acre, dois povos indígenas decidiram e demarcaram, por conta própria, a sua terra. Foram os **Kaxinawá** e os **Kulina** do Alto Purus, fronteira com o Peru, no município de Manoel Urbano. A abertura da picada aconteceu num clima de festa. Depois de muitos preparativos nas aldeias, dos quais participaram velhos, mulheres e crianças, na farinhada do pique, principalmente, os homens ganharam a mata. Foram dois grupos: um da aldeia de Maronaua, constituído só por índios **Kulina**, e outro formado pelos **Kaxinawá** das aldeias de Fronteira e Recreio, junto com os **Kulina** de Santo Amaro. Os trabalhos de picadas se iniciaram em meados de setembro do ano passado e só foram concluídos em meados de outubro, quando os dois grupos se encontraram, com muita festa, na boca do rio Cochicha. É uma área extensa de 265 mil hectares, onde os índios colocaram marcos de madeiras nos pontos assinalados no mapa de delimitação feito pela Funai, em 1982. Nela vivem quatro comunidades indígenas, duas **Kulina** com uma população de 500 pessoas, e duas **Kaxinawá** com 400 pessoas. PORANTIM reproduz aqui o discurso do tuxaã Pancho, da aldeia Kaxinawá de Recreio, sobre a importância dessas picadas para os índios no Alto Purus.

“Os brancos não acreditaram
que nós faríamos a picada.
Nós agora, todo mundo
sabe o que o índio pode fazer”

Kaxinawá e Kulina se unem e demarcam terras

“Bom, minha gente, eu vou falar aqui um pouquinho sobre o nosso trabalho. A picada foi muito importante porque nós nos interessamos (por) nossa área. Tamos muito tempo esperando a promessa da Funai. Nunca saiu. Só saiu promessa, mas nunca cumpriu. Agora como resolvemos por nossa conta própria e nós fomos, reunimos com quatro áreas, os **Kaxinawá**, os **Kulina**, reunimos 80 pessoas e fomos fazer a picada. Os brancos não acreditaram que nós faríamos a picada. Nós, agora, todo mundo sabe que o índio pode fazer. Já está pronto, graças a Deus, e agora vamos resolver falar com a Funai novamente para ver se os engenheiros, os antropólogos acompanham a picada que nós fizemos, pra ver, pra poder acreditar que nós fizemos mesmo. Sobre a demarcação da área, a Funai tem que cumprir, a Funai tem que tomar providências, porque por nossa conta

própria já fizemos. Ela não precisa trabalhar não, é só andar dentro da picada mesmo, um caminho monstro que nós fizemos.

Então a Funai tem que ver isso. Agora nós estamos precisando das placas pra botar nos pontos que nós fizemos... Agora precisamos cuidar da nossa área que nós marcamos por nossa conta própria. Todos os anos vamos abrir mais e tem que cuidar isso. Primeiro os brancos invadiram muita terra. Primeiro nós não sabia nada. A caça foi acabando, a pesca foi acabando. Agora estamos cuidando da nossa área pra trabalhar, ficar mais tranqüilo, ficar mais fácil pra nós trabalhar, a plantação, a criação, a produção que nós fizemos e criar nossos filhos com tranqüilidade.

O índio quando cumpre é sério. Ele faz mesmo. E nós que nascemos no mato, criamos no mato, sabemos tra-

balhar. E nós vamos segurar nossa área. As quatro aldeias dos índios **Kaxinawá** e **Kulina** estamos todos concordados em trabalhar juntos, unidos. Precisamos trabalhar juntos.

Primeiro, antes do descobrimento do Brasil, já tinha índio, já tinha gente aqui e os brancos vem tomando a terra, o índio tem medo e fugiu até que ficou na fronteira Peru/Brasil. Então o cariú (não-índio) vem e tomaram tudo. Nós ficamos com um pedacinho de terra. Nós precisamos de um pedacinho de chão pra viver. Ai este pedacinho de terra que nós estamos segurando ai não tem direito de tomar porque nós tem direito de ganhar este pedacinho de terra pra continuar a viver. Por que um fazendeiro tem 500 mil hectares de terra, só uma família, e nós somos muitos e nós tem uma terra de 265 mil hectares. Só um pedacinho de terra e muita gente. Tem muito reclamo: “Ah, índio tem muita terra, pra que índio quer muita terra?” E o fazendeiro, só uma família tem 500 mil hectares, só uma família e não tem reclamo, e acha bom. E nós que somos muitos? Somos muita gente e o branco acha ruim: “Tanto índio, o branco vai ficar sem terra...” O fazendeiro lá do Chandless, uma família só que tá morando, tem 1 milhão de hectares e é uma família só. E nós nem 500 mil hectares. Somos muitos, quatro ou cinco aldeias no Purus e ainda reclamam e dizem que é muita terra. Nós precisamos da terra pra caçar, pra pescar, pra trabalhar caucho e borracha, e caça que nós vamos precisar mais na frente. Porque índio também tá aumentando. É isto que nós precisa. O fazendeiro só derruba mata, espanta toda caça e estraga tudo e não aproveita não. Ninguém reclama e ainda acha bom. E o índio que precisa viver, trabalhar, criar? Pois bem, meu irmão, então eu tou falando aqui a verdade. O nosso trabalho é isso.

Índio é como gente, índio fala, índio sabe caçar, sabe fazer casa pra viver, índio trabalha pra sustentar filho, mulher, índio dá consideração a filho, então tudo isso que branco acredita, nós também acreditamos. Então tudo isto que é lei, índio também tem lei. Branco tem lei, nós também tem. Quer dizer, não precisa estar falando do outro. Nós tudo somos gente. O negócio é este. A luta é uma só. Eu sou lutador. Eu sou cacique da aldeia do Recreio, **Kaxinawá**.”



Marcha pela terra leva Kaingang a Brasília

“Os colonos não querem fazer nenhum
acordo com nós. Só querem ver nós
longe da terra. Nós nascemos lá.
Nosso cacique tem 80 anos e
nasceu ali no Chimbanguê”



Brasília, 4 de dezembro de 1984. Às 11 horas da manhã, numa precária barraca de lona preta, com fogareiro, cobertores, um colchonete, apertam-se sete homens, duas mulheres e uma criança gripada. A cuia de chimarrão circula entre esses dez índios Kaingang, do Toldo Chimbanguê, que acamparam no gramado do Congresso Nacional. Foi o desfecho do ato que ficou conhecido como a **Marcha Kaingang pela Terra**, traduzida numa faixa colocada ao lado do acampamento: “Somos índios de Santa Catarina, queremos nossas terras”. (ver PORANTIM n.º 58)

A **Marcha pela Terra** visou a chamar a atenção da sociedade nacional e das autoridades para a iminência de um massacre contra esses Kaingang e da urgência na definição da área indígena. Ela iniciou na área dos Kokleng, em Ibirama, de onde os Kaingang seguiram pelas principais capitais do Sul do Brasil: Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo. Depois, Brasília. Na Capital Federal, durante os dias em que ficaram acampados, receberam apoio de populares. Todos os que passavam por ali, indo ao trabalho ou voltando, paravam, perguntavam, manifestando solidariedade, em gestos como o do rapaz que levou pedaços de bolo para o grupo. Todos queriam saber por que estavam ali, qual era o problema.

Em Brasília, os Kaingang deram entrevista à imprensa. “Os colonos não querem fazer nenhum acordo com nós. Só querem ver nós longe da terra. Nós nascemos lá. Nosso cacique tem 80 anos e nasceu ali no Chimbanguê. Nós não temos condições de enfrentar os colonos. Nós somos poucos”. Deu até no telejornal das 8 da noite, da Rede Globo. Na região, corriam perigo de vida. De acordo com notícias veiculadas por lá, políticos e empresários locais distribuíram entre os colonos armas no valor de Cr\$ 40 milhões. Um desses fornecedores é dono de uma loja de armamentos.

VITÓRIAS

O acampamento produziu algumas vitórias. As primeiras foram a demissão do delegado regional da Funai em Curitiba, João Darcy Ruggieri, e a troca do funcionário que trabalhava na área, por não cumprir a tarefa de defender os índios. A Presidência da Funai prometeu ainda defender a proposta dos Kaingang — demarcação total do Chimbanguê, de 2 mil hectares — na reunião do **Grupão** (o grupo de trabalho interministerial para a questão da terra indígena, criado pelo decreto 88.118).

Às 9 horas do dia 5 de dezembro, o **Grupão** se reuniu. Decisão: seus membros prometeram ir, dia 12 de dezembro, à área indígena. Mas essa decisão foi, na verdade, uma forma de protelar a solução definitiva para o caso. O deputado Mário Juruna tentou participar da reunião do **Grupão**, para dar apoio aos índios. O coronel Paulo Pimentel, do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, aproveitou a presença de Juruna como pretexto para se retirar.

Nesse mesmo dia, às 19 horas, os Kaingang levantaram o acampamento. Além do apoio dado por Mário Juruna, os índios receberam solidariedade de outros membros da Comissão do Índio, e também de deputados catarinenses, como Nelson Wedekin.

SITUAÇÃO ATUAL

A Funai se nega a sustentar os ranchos (ração alimentar) semanais e o atendimento de enfermagem. Eustáquio Machado é o novo delegado do órgão em Curitiba. Ele é da mesma escola do Alvaro Villas Boas. Já foi chefe de posto em Ivaí, no Paraná. De lá tirou 3 mil

pinheiros para construir casas de alvenaria (!) para os índios. Eustáquio esteve no Chimbanguê dia 4 de janeiro último. Quer instalar rádio na área, e diz aos índios que não sabe nada da questão da terra, nunca viu documento nenhum. O tal rádio não foi aceito pelos índios.

Os Kaingang denunciaram que continua a devastação da reserva de pinheiros. Outra denúncia: os colonos estão avançando, em mutirão, com homens armados, até nos precários 122 hectares que a Funai negociou, como reserva provisória, em setembro de 84. Silêncio do órgão tutor. No fim de janeiro, os Kaingang do Toldo Chimbanguê se reuniram para ver como vão prosseguir na luta. Em meio a isso os colonos disseram que vão impedir que os índios plantem nos 122 hectares, porque a Funai não cumpriu o prazo, fixado até 5 de janeiro, para solucionar o caso no **Grupão**. Com a decisão dos colonos, o caso se complica. Chegou a época de os índios plantarem feijão, arroz, etc. Os Kaingang esperam que tudo seja resolvido, pelo **Grupão**, antes de 15 de março.

